



AGENDAMENTO EDITORIAL DA HISTÓRIA ‘VIOLÊNCIA, ABORTO E EXCOMUNHÃO’: DESDOBRAMENTOS DA TEMATIZAÇÃO JORNALÍSTICA DE TRÊS DIÁRIOS IMPRESSOS AO FATO OCORRIDO EM PERNAMBUCO, EM 2009

Ádlia Chaves Tavares¹
Ariane Carla Pereira²

Com o objetivo de entender o efeito dos meios de comunicação na sociedade, desde a década de 1910, estudiosos se debruçam sobre o tema e demandam hipóteses e teorias para esclarecê-lo. Nesse contexto, Walter Lippmann (1922) afirma que a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e a existência de suas imagens em nossas mentes se deve aos meios de comunicação de massa. Mais tarde, Cohen (1963) escreve que a imprensa pode, na maioria das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem a capacidade de dizer aos seus usuários sobre o que pensar. Assim, estes autores indicam o caminho para ideias que, mais tarde, serão estruturadas por McCombs e Shaw. Estes, por sua vez, apresentam na década de 1970 a teoria do agenda-*setting* que, num primeiro momento, estuda o papel da mídia na formação e mudança de cognição. Conforme explica Nelson Traquina,

a teoria do agendamento sublinha uma forte mudança no paradigma dominante da teoria dos efeitos dos media e significa uma redescoberta do poder do jornalismo não só para selecionar os acontecimentos ou temas que são noticiáveis, mas também para enquadrar estes acontecimentos e/ou temas³.

A teoria do agenda-*setting* defende que a partir da seleção dos temas pautados e dos recortes que fazem, atribuindo maior ou menor valor a certos pontos dos acontecimentos, os meios de informação apresentam aos seus usuários um recorte (pequeno) dos inúmeros conflitos e concordâncias existentes na sociedade. Assim, ainda que não exista, por parte dos comunicadores, intenção de persuadir, tais recortes noticiados vão guiar o público em grande parte da leitura da realidade. Isto porque, de acordo com Shaw

as pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas.⁴

¹Pós-graduanda. E-mail: adliatavares@gmail.com.

²Doutoranda e professora do curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste. E-mail: ariane_carla@uol.com.br.

³Nelson Tarquina. *Teorias do Jornalismo, a tribo jornalística* – uma comunidade interpretativa transnacional. v.2. Florianópolis: Insular, março de 2005, p. 16.

⁴Shaw, 1979, p.96 apud Mauro Wolf. *Teorias da Comunicação*. 6. ed. Lisboa: Presença, janeiro de 2001, p. 144.



Diariamente, inúmeros eventos ocorrem em diversos contextos sociais e poderiam ser noticiados pelos meios de comunicação, pois, em teoria, todos os assuntos são midiaticizáveis. Porém, os produtos midiáticos possuem limitações de tempo e espaço físico para veiculação das notícias. Como consequência, é necessário que exista uma seleção dos acontecimentos que serão veiculados pelos espaços jornalísticos.

Em uma segunda análise, é visível que constantemente os veículos de comunicação convergem sua produção para os mesmos assuntos, privilegiando alguns temas e acontecimentos em detrimento de outros. E, assim, criam uma certa padronização dos assuntos noticiados pelos jornais. O português Nelson Traquina (2005) aponta que tal previsibilidade deve-se ao fato de os profissionais do Jornalismo partilharem critérios para selecionar os acontecimentos que serão midiaticizados. São os “valores-notícia”. De acordo com Traquina, os valores-notícia são usados pelos “profissionais do campo jornalístico na seleção dos acontecimentos do mundo real e na construção das ‘estórias’ que contam sobre a realidade” (2005, p.61).

Valores-notícia se tornaram, de forma mais acentuada a partir de meados da década de 1980, uma das principais referências conceituais para as Teorias do Jornalismo. Autores de diferentes países – como Gaye Tuchman, Mauro Wolf, Miquel Alsina, Nelson Traquina e Jorge Pedro Sousa – , além de inúmeros brasileiros, tendem a relacionar os aspectos ou fatores que motivam – e justificam – a escolha de temas como noticiáveis, que apresentam “valor” para se tornar informação jornalística.

Assim, é comum encontrar a explicação para as escolhas editoriais nas mesmas características que permeiam os estudos em Jornalismo. E, dentre estes, o conceito de valor-notícia se tornou uma referência reconhecida para explicar, discutir ou justificar escolhas temáticas ou mesmo os enfoques e ângulos de abordagem jornalística.

É importante ressaltar que estes valores não são paradigmas seguidos à risca por todos(as) os/as jornalistas, porém são qualidades ou fatores que, na medida em que compõem o acontecimento, impulsionam sua inclusão em produtos jornalísticos.

Um acontecimento (e problema social) 'agendado' pela mídia

Desde os seis anos de idade, uma criança sofre violência sexual em sua própria casa, situada em um município de 14.016 habitantes – segundo censo do IBGE realizado em 2007 – pelo padrasto que, em alguns momentos, dá-lhe um real em troca, como que pagando pela violência



exercida (Folha de S. Paulo, 28 de fevereiro, C4). Somente passados três anos do início das sessões corriqueiras de violência o fato é cessado.

A história, ocorrida em Alagoinha, Pernambuco, é pautada inicialmente em esfera regional, ou seja, no estado de Pernambuco. A visão local é apresentada, neste estudo, a partir da cobertura jornalística do *Diário de Pernambuco*, que envolveu valores-notícia que podem ser explicados pelas referências de ao menos cinco fatores, conforme a proposta de Nelson Traquina (2005): (1) *notabilidade*, que consiste na característica do caso de ser tangível e explica, de certo modo, o porquê de a gravidez da menina ter tomado maior espaço na mídia do que a violência sexual. Quanto a este aspecto, ocorre que este “valor” está atrelado ao fato de o Jornalismo, tradicionalmente, apresentar uma certa dificuldade em cobrir problemáticas para, em vez disso, dar preferência a noticiar acontecimentos, pelo fato de que, diferentemente da problemática, o acontecimento é fato concreto, facilmente tangível e destacado no tempo.

O “valor” (2) *escândalo* pode ser associado à história, primeiramente pelo estupro que ocorria dentro de casa - fato inconcebível socialmente -, mas também pelo posicionamento da igreja católica, na medida em que o debate público registra desdobramentos pela posição da igreja ao atacar mais os médicos que tentaram assegurar a interrupção da gravidez do que propriamente pela condenação da prática de estupro realizada pelo padrasto da criança.

Se avaliarmos a mesma história (“violência, aborto e excomunhão”), a partir de uma perspectiva mais relacional, pode-se indicar outros aspectos que, simultaneamente, se aproximam da caracterização conceitual. O valor-notícia (3) *inesperado* – ou surpresa – pode ser associado aos acontecimentos, primeiramente pelo fato de uma criança (de apenas 9 anos) estar grávida, o que se torna o conteúdo dos primeiros títulos da história noticiada: o primeiro fato agendado pelos três jornais estudados neste artigo. Depois, das dificuldades encontradas para a realização do aborto induzido, entre elas a reação do arcebispo de Olinda e Recife, que tenta impedir o aborto, impondo valores religiosos frente ao direito, concebido pela Constituição Federal, de abortamento em caso de gravidez de risco para a mãe e/ou em consequência de estupro. Além disso, a excomunhão, proferida publicamente, de todos os responsáveis pelo aborto realizado contribuiu para manter o tema como pauta na mídia.

Outros fatores que podem justificar a abordagem jornalística da história são a (4) *infração* e o (5) *conflito* – ou *controvérsia*. Estes valores-notícia dizem respeito à violência, violação e transgressão das regras, e podem ser associados à história da menina em razão da violência sexual, ocorrida durante três anos dentro de casa pelo padrasto e ao fato de a menina ter apenas nove anos



de idade e ter ficado grávida. Traquina se refere ao valor-notícia da infração da seguinte maneira: “um crime mais violento, com maior número de vítimas, equivale à maior noticiabilidade para esse crime. Qualquer crime pode ficar com mais valor-notícia se a violência lhe estiver associada” (2005, p. 85), e podemos, certamente, afirmar a história aqui estudada como de alto grau de violência.

Além dos cinco já citados valores-notícia, outros também podem ser percebidos na história “violência, aborto e excomunhão”. Porém, nos restringiremos à perspectiva de análise apresentada. Sobretudo porque, embora estes fatores justifiquem a noticiabilidade de forma crescente na medida em que aparecem associados a outros, eles nos servem, aqui, apenas para afirmarmos alguns motivos de a história ter sido agendada.

E, antes de entrar na “história”, propriamente dita, vale lembrar que outra referência é fundamental na produção jornalística: *as fontes noticiosas*. Para a construção da notícia (ou reconstrução da história), o(a) jornalista necessita de agentes sociais que narrem e/ou avaliem a ocorrência da forma mais detalhada possível, que sejam fonte de informação/notícia.

Conforme afirma Rogério Santos (2001), as fontes liberam informações na medida do seu interesse, de modo a controlar a realidade social dos acontecimentos, garantindo acesso a enquadramentos específicos de um acontecimento e não apenas a sua simples menção ou cobertura. Portanto, ao escolher que agente irá recorrer a entrevistas ou a observar, o(a) jornalista seleciona o enfoque que dará à reportagem. Assim, as fontes de notícia estão diretamente associadas ao agendamento e ao modo como os veículos estruturam a sua produção. O trabalho optou por avaliar a questão das fontes ao longo da produção que caracteriza a construção jornalística da história.

Os casos noticiados passam por uma seleção, mas cabe aos usuários decidirem se darão relevância à história apresentada ou não, se a agendarão, e tal decisão dependerá, também, do suporte de informações prévias que o público possui a respeito do assunto reportado. Assim, “quanto menor é a experiência direta que as pessoas têm de uma determinada área temática, mais essa experiência dependerá dos *mass media* para se possuir as informações e os quadros interpretativos referentes a esta área”, diz Zucker (1978, apud WOLF, 2001, p.155).

A história ‘violência, aborto e excomunhão’ parece ter obtido, além do agendamento jornalístico, agendamento público e, por este motivo, ocupa o espaço de aproximadamente um mês na mídia, indicando uma (inter)relação do interesse público e, por consequência, deste público com o material divulgado, isto é, jornalisticamente agendado.



Um momento que caracteriza o agendamento público da história é o pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista coletiva cedida após o lançamento do Projeto Território de Paz, em Vitória, Espírito Santo, no dia 06/03/2009. A manifestação do Presidente da República, diante da história agendada pelos jornais, é considerada indicador de agendamento público porque se trata de uma personalidade que representa o Estado, através do Governo. O fato também indica a repercussão que o tema deflagra, uma vez que não são todos os temas que levam o maior representante do Estado a tomar partido e atacar, durante discurso público, a atitude de um dos representantes da igreja católica. Caso a fala do Presidente tivesse se iniciado para explicitar o posicionamento de seu partido ou de algum grupo político em relação à história, o pronunciamento poderia ser enquadrado, também, como indicador do agendamento político, pois seria a manifestação de um grupo político que, ao se pronunciar, manifesta que agendou o assunto.

A fala do Presidente, que se posiciona contra a excomunhão proferida por Dom José Cardoso Sobrinho, é lembrada em várias edições dos jornais estudados na semana em que foi realizado tal discurso, como se pode ver no *Diário de Pernambuco* (caderno 2, 07/03/09).

Breve Panorâmica da História 'violência, aborto e excomunhão'

De 27 de fevereiro a 28 de março (2009), os jornais selecionados publicaram acontecimentos referentes à história das violências ocorridas à menina e seus desdobramentos, como as dificuldades encontradas para a realização do aborto, a saída do hospital e o encaminhamento da criança, mãe e irmã para um abrigo.

Os três periódicos coincidiram no agendamento da mesma história. Porém, a partir da seleção dos enfoques, que pode depender da seleção dos valores-notícia ou, também, das fontes, os jornais agendaram fatos e construíram notícias e abordagens diferentes.

No contexto dos desdobramentos editoriais da história aqui estudada, a reação do arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, frente à decisão da mãe da criança grávida, de submetê-la ao aborto induzido, teve intensa veiculação, seja no sentido de espaço físico dos jornais, pois os acontecimentos relacionados a este desdobramento da história ganha várias reportagens entre dois dos três jornais estudados, seja com relação ao tempo em que estes acontecimentos foram agendados.

Os dois jornais que mais agendaram os acontecimentos foram a *Folha de S.Paulo* e o *Diário de Pernambuco*. O DP traz entrevistas com o religioso e com os médicos excomungados. O jornal apresenta duas matérias e um texto complementar com críticas de importantes representantes da



sociedade à reação de Dom José, uma delas do ministro da Saúde, Gomes Temporão, e outra do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Houve espaço de resposta para o arcebispo, porém a crítica de especialistas em defesa da excomunhão proferida não foi agendada, indicando um enfoque do jornal que, de certo modo, privilegia a postura anti-excomunhão.

Já a *FSP* traz matéria fundamentada no apoio ao arcebispo de Olinda e Recife e não abre matéria com títulos mencionando as críticas ao religioso, mas intitula dois textos (*Igreja recua sobre excomunhão da mãe*, em 13 de março p. C4 e *Médico não merecia excomunhão, diz Vaticano*, em 16 de março C3) com o recuo de grandes representantes da igreja à excomunhão proferida por Dom José. As fontes das notícias se dividem entre os críticos à reação do arcebispo e os que falam em nome da igreja.

O Olhar dos Articulistas

Durante os dias em que '*violência, aborto e excomunhão*' foi intensamente agendado pela mídia, os três veículos impressos estudados veicularam, além de notícias, textos opinativos em formato de artigo ou coluna, expondo ideias a respeito do assunto.

Estas publicações não têm objetivo de representar a opinião pública, pois se trata, apenas, da apreciação dos autores, tampouco expressa a opinião da empresa que abre espaço para o escritor – e aqui não discutiremos as relações empregatícias estabelecidas –, pois os textos são assinados e de responsabilidade de quem os escreve.

Porém, é importante lembrar que a publicação destes textos necessita do aval da organização noticiosa, e sua veiculação confere aos argumentos que foram racionalmente construídos seu 'aval' no agendamento jornalístico.

Quando o jornal seleciona – caso da *Gazeta do Povo* e do *Diário de Pernambuco*, onde todo cidadão pode enviar seus textos – ou aceita publicar um determinado texto opinativo, garante que este material poderá ser acessado por seus usuários e confere a este conteúdo o potencial de sofrer agendamento público. Sendo assim, é comum que esta seleção ocorra pautada na linha editorial da organização.



Leitores Interagem Motivados Pelo Agendamento Midiático

Seguindo a mesma lógica do agendamento temático, o jornal – na medida em que pauta e discute o fato e seus desdobramentos – passa a contar com manifestações⁵ de leitores, que enviam cartas/e-mails, se posicionando em relação aos desdobramentos da história reportados nos jornais. Tal perspectiva e prática editorial dos diários analisados vão ao encontro de uma preocupação muito próxima: a de garantir espaço de expressão e intervenção do leitor no produto jornalístico apresentado ao leitor-consumidor.

Porém, não se pode esquecer que este espaço de posicionamento e apreciação dos leitores é tangenciado pelo jornal, que atua como moderador dos textos enviados à redação, selecionando os que serão publicados. Assim, há um filtro no que poderia ser uma estratégia de ampla democratização do espaço jornalístico e, frequentemente, os jornais passam a agendar apenas o material que condiz com sua linha editorial.

Esta ‘seleção viciada’ foi percebida nos espaços para o leitor dos jornais estudados. A *Gazeta do Povo* deu maior espaço para defesas ao arcebispo de Olinda e Recife e críticas ao aborto realizado. Também foram selecionados depoimentos favoráveis ao texto de Carlos Ramallete que, em sua coluna publicada pelo jornal em 11/03, defendeu, exageradamente, este posicionamento frente à história.

A *Folha de S.Paulo* segue caminho oposto à *GP*, seleciona cartas contrárias à excomunhão e favoráveis ao aborto, entre elas quatro que parabenizam o texto de Dráuzio Varela, também em texto opinativo publicado pelo jornal, em que o médico ataca a excomunhão proferida por Dom José Cardoso Sobrinho e parabeniza os médicos que realizaram o aborto.

O *Diário de Pernambuco* tem o diferencial de um espaço para veiculação de correspondências onde existe grande interação dos leitores, que utilizam o espaço, muitas vezes, para questionar os setores público e privado sobre a efetividade de suas responsabilidades ou prestações de serviços. Estes setores, por conseguinte, enviam respostas ao jornal, que são publicadas, também, no espaço para cartas. Durante o período em que ‘violência, aborto e excomunhão’ foi agendado pelo *DP*, algumas perguntas de leitores foram feitas, porém nenhuma teve resposta divulgada no espaço. Quanto às cartas selecionadas, o jornal publicou desde posicionamentos intrinsecamente do lado da igreja, atacando os questionadores das palavras do

5 Embora não seja objeto deste artigo discutir a orientação conceitual do Jornalismo Público (ou Civil, ou Civic, do termo original em inglês), o espaço para a publicação de carta/e-mail dos leitores pode ser relacionado ao Jornalismo Público, na medida em que possibilita ao cidadão, que até então apenas recebia tais informações, participar ativamente do produto midiático, discutindo os temas propostos pelos periódicos.



arcebispo de Olinda e Recife, a afirmações completamente opostas, que se referiam ao religioso com repúdio.

Durante o tempo em que a história ‘violência, aborto e excomunhão’ foi agendada, os espaços para os leitores foram utilizados sistematicamente, indicando seu agendamento público, e trazendo discussões similares nos três jornais. Em praticamente todas as cartas, os usuários apenas se posicionavam contrários ou favoráveis ao aborto ou à excomunhão e faziam referência a outras cartas e a textos de articulistas e colunistas publicados nos jornais. Outro ponto também mencionado da história foi a não excomunhão do agressor da criança de 9 anos de idade, ou pouca punição a este.

Considerações Finais

Do ponto de vista do Jornalismo, permanecer noticiando fatos relacionados a uma mesma história durante cerca de um mês é fato, se não inusitado, bastante raro na mídia, pois é característica da prática jornalística contemporânea atender ao público com notícias atuais, e na medida do possível abordando a pluralidade de situações que acontecem e apresentam interesse público, que considerem ainda a preocupação com o imediato, ou um efeito prático para um maior número de leitores ou usuários possíveis. Porém, não se pode esperar de uma área de conhecimento que responde ao interesse público uma prática estanque a modelos e padrões.

É bastante provável que, inicialmente, a história “violência, aborto e excomunhão” tenha sido selecionada e agendada pela mídia (jornalística) por apresentar aspectos relevantes aos critérios de noticiabilidade. Também é visível que a história seguiu a explicação do *agenda-setting*, de que os temas apresentados pela mídia costumam ter relevância entre seu público. No entanto, uma vez que a história tematiza situações sociais interessantes à sociedade e aos grupos que já possuem uma posição definida quanto ao tema agendado, é aceitável que a referida tematização adquira força e expressão não tangenciadas pela mídia, que a história ganhe espaço e passe a ser agendada por outros agentes sociais (já não mais apenas a mídia, mas grupos, indivíduos e representantes de entidades organizadas). Este círculo de agendamentos é a resposta, aqui apresentada, ao fato de ‘violência, aborto e excomunhão’ ter sido veiculada pelos três jornais (*Diário de Pernambuco, Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo*) durante um período superior a 30 dias corridos.

Contudo, independentemente do fato de o público ter agendado os veículos noticiosos apresentados por este artigo, coube a cada diário, distintamente, estruturar o tema, seja por meio de notícias, seleção de cartas, publicação de artigos e colunas de opinião, a partir de sua política



editorial. Percebe-se, então, a singularidade do espaço destinado ao tema em cada um dos jornais estudados.

A *Gazeta do Povo*, ainda que reproduzindo quase que na totalidade textos de agências noticiosas, deu pouco espaço para matérias sobre manifestações de agentes sociais. A nota *Protestos pró e antiaborto*, veiculada no dia 12 de março, por exemplo, teve maior espaço e título mais abrangente na *Folha de S. Paulo* em matéria publicada no mesmo dia (12 de março). As cartas e os textos de opinião divulgados pela *GP* indicam uma perspectiva religiosa sobre a história (violência) e seus desdobramentos (aborto e excomunhão). Em relação às matérias jornalísticas, a *GP* não publica, ao longo do período observado, nenhuma das matérias em que a igreja católica recua à excomunhão proferida pelo arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, e veicula apenas uma matéria sobre a excomunhão, embora o tema tenha sido pautado entre as mensagens dos leitores e textos opinativos.

A *Folha de S. Paulo* agenda menos a violência do que a excomunhão e, assim, destaca-se, entre os três jornais observados, quanto ao número total de matérias. Porém, nos dois momentos, em se tratando de fontes noticiosas, a *FSP* utiliza em grande quantidade porta-vozes de instituições e organizações governamentais e não governamentais, conferindo menor espaço para cidadãos individualizados. Na matéria do dia 12 de março sobre manifestações sociais, que ganhou o título *Projetos antiaborto provocam manifestações no Congresso*, o periódico dá maior espaço para a fala de representantes partidários, em detrimento dos dizeres das representantes dos grupos feministas.

Entre os três periódicos estudados, o *Diário de Pernambuco* confere maior espaço à história de violência ocorrida com a menina, tendo acompanhado a história mesmo após a saída da criança (e a mãe) do hospital. O jornal também apresenta o diferencial de utilizar, um grande número de vezes, os cidadãos individualizados como fonte de notícia. É também o *DP* o único jornal a entrevistar uma vizinha da criança que sofreu a violência, em Alagoinha (PE), além de entrevistar também o pai e a mãe da criança agredida. E, por fim, em relação às cartas de leitores, artigos e colunas de opinião, o *Diário de Pernambuco* também se apresenta, pelo volume de manifestações veiculado no período estudado, como o mais democrático entre os três ou, ao menos, o que mais assegura espaço aos seus leitores, independentemente da posição manifestada pelos respectivos autores das cartas publicadas.



Bibliografia

BARROS FILHO, Clóvis. *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*. Pedro Lozano Bartolozzi (colaborador). São Paulo: Moderna, 1995.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife: n. 058, 27 de fev. a 28 de mar. 2009.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: ano 89, n. 29186, 28 de fev. a 17 de mar. 2009

GAZETA DO POVO. Curitiba: ano 91, n. 28970, de 2 a 30 de mar. 2009.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Rogério. Práticas produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação. In: Traquina, Nelson; Cabrera, Ana; Ponte, Cristina. *O Jornalismo Português em Análise de Casos*. Lisboa: Caminho, SA., 2001.

SILVA JUNIOR, José Afonso; PROCÓPIO, Pedro Paulo; MELO, Mônica Santos. *Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação*. In: Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.31, n.2, jul./dez. 2008. p. 205-221.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do Jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____, Nelson. *Poder do Jornalismo – análise e textos da teoria do agendamento*. 5. ed. Coimbra: Minerva, 2000.

_____, Nelson. *Teorias do Jornalismo, a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. v.2. Florianópolis: Insular, março de 2005.

_____, Nelson. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. v.1. Florianópolis: Insular, março de 2004.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 6. ed. Lisboa: Presença, janeiro de 2001.